

Problemas de método nas ciências humanas
OLAVO DE CARVALHO

Leituras: Bernard Lonergan, “The analogy of meaning”, em *Philosophical and Theological Papers 1958-1964. Collected Works*, vol.6, Toronto, University of Toronto Press, 1996, pp. 183-213; Eugen Rosenstock-Huussy, *The Origin of Speech*, Norwich, Vermont, Argo Books, 1981 [trad. brasileira sob a supervisão de Olavo de Carvalho, *A Origem da Linguagem*, Rio, Record, 2000]; Karl Bühler, *Teoria del Lenguaje*, trad. Julián Marias, Madrid, Revista de Occidente, 1950; Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva. Introdução à Teoria dos Quatro Discursos*, Rio, Topbooks, 1998; Edward Allen Beach, *The Potencies of God (s). Schelling’s Philosophy of Mythology*, State University of New York Press, 1994; Kenneth W. Thompson, “Voegelin and Politics”, em Ellis Sandoz (ed.), *Eric Voegelin’s Significance for the Modern Mind*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1991; Jocelyn Bonoist, *Entre Acte et Sens. La Théorie Phénoménologique de la Signification*, Paris, Vrin, 2002; Max Weber, *Essais sur la Théorie de la Science*, ed. Julien Freund, Paris, Plon, 1965; Max Scheler, *Esencia y Formas de la Simpatía*, trad. José Gaos, Buenos Aires, Losada, 3ª Ed., 1957; Eric Voegelin, “Interaction and Spiritual Community: A Methodological Investigation”, em *The Theory of Governance and Other Miscellaneous Papers 1921-1938, Collected Works*, vol. XXXII, ed. William Petropulos and Gilbert Weiss, Columbia, University of Missouri Press, 2003; Gottlob Frege, *Lógica e Filosofia da Linguagem*, ed. Paulo Alcoforado, São Paulo, Cultrix, 1978; Aristóteles, *Tópicos, Política e Retórica*.

- § 1. *Necessidade do método dialético*
- § 2. *Observação e testemunho – O princípio do testemunho qualificado*
- § 3. *Agente, testemunha e observador*
- § 4. *A apreensão inicial*
- § 5. *O significado do significado*
- § 6. *As tarefas básicas da ciência social e o autoconhecimento*
- § 7. *Categorias da significação*
- § 8. *O sujeito emissor*

§ 1. *Necessidade do método dialético.*

Há muitos métodos em uso nas ciências humanas, mas todos eles dependem de um único e giram em torno dele. É o método dialético de Aristóteles. Aristóteles não foi o primeiro nem o último a empregá-lo. O essencial da prática dialética já estava em Sócrates e Platão, os escolásticos aumentaram formidavelmente sua precisão técnica e, em tempos mais recentes, o método recebeu importantes desenvolvimentos de Friedrich W. von Schelling¹ e de Eric Voegelin². Digo que é de Aristóteles por dois motivos: ele foi o primeiro que escreveu um tratado teórico a respeito, os *Tópicos*, e o primeiro que o reconheceu como instrumento específico para o estudo da sociedade humana.

¹ V. Edward Allen Beach, *The Potencies of God (s). Schelling’s Philosophy of Mythology*, State University of New York Press, 1994, Introd.
² V. Kenneth W. Thompson, “Voegelin and Politics”, em Ellis Sandoz (ed.), *Eric Voegelin’s Significance for the Modern Mind*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1991.

Como Aristóteles admite no entanto uma distinção bem clara entre discurso dialético e discurso científico (ou lógico-analítico), a impressão que fica no ar é que desde essa sua remota fundação as ciências humanas já teriam desistido da ambição de tornar-se ciências no sentido exigente do termo. Mas não é bem assim. Uma coisa é o método científico, outra é a estrutura do discurso científico. Uma ciência só se torna ciência em sentido pleno quando consegue organizar um campo de conhecimentos sob a forma de um discurso lógico-formal, com as conseqüências seguindo-se inapelavelmente das premissas, em linha reta como na aritmética elementar, na álgebra ou na geometria. Mas isto só é possível quando já se possuem as premissas. Estas premissas são de duas ordens. De um lado, os princípios gerais da lógica, que são válidos para todas as ciências. De outro, princípios específicos do domínio material considerado, por exemplo, na física, as definições de força, matéria, movimento, etc. Dados os princípios gerais e específicos, o discurso científico segue-se como uma fileira de conclusões obtidas por pura dedução. O problema é: de onde se obtêm os princípios específicos? Dos dados da experiência, arrumados e catalogados segundo suas propriedades mais aparentes. Quando o esforço da catalogação é bem feito, logo essas propriedades começam a mostrar uma hierarquia entre si, as mais gerais e constantes subordinando as mais particulares e variáveis. No topo dessa hierarquia aparecem então os princípios que o cientista procurava, isto é, as generalizações hipoteticamente válidas para todos os objetos da espécie considerada (e a delimitação mesma da espécie é a primeira dessas generalizações). Mas as generalizações terão de ser em seguida confrontadas com outros dados da realidade e com os conhecimentos anteriormente adquiridos sobre o mesmo assunto. Durante toda essa seqüência de operações, que constitui o arroz-com-feijão da investigação científica, qual o método utilizado? A dialética, isto é, a confrontação catalogação e hierarquização dos dados e das hipóteses. Só quando esse trabalho está terminado é que o resultado obtido assume, ao menos idealmente, a forma de um discurso lógico-dedutivo: o “conteúdo” noemático da ciência em questão, pronto para ser transmitido socialmente³. Mas é claro que antes mesmo de chegar a esse ponto de atividade cognitiva em questão já era científica e não outra coisa. Uma ciência que ainda não houvesse obtido resultados significativos capazes de organizar-se em discurso lógico-formal não deixaria, por isso, de ser ciência, porque já se dirigia à obtenção desses resultados pela aplicação sistemática de métodos racionalmente apropriados a tal fim.

Nesse sentido – e até este ponto da explicação – não há nenhuma diferença entre as ciências naturais e as ciências humanas. O procedimento é o mesmo em ambos os casos. Nesse nível não faz ainda nenhum sentido a ênfase de Aristóteles no caráter dialético das ciências humanas. Todas as ciências, consideradas enquanto atividades investigativas e não enquanto sistemas prontos de conteúdos científicos hierarquizados, são dialéticas, e a dialética é o único método das ciências.

É a partir desse ponto que uma diferenciação começa a ser relevante. A necessidade dessa diferenciação é imposta por quatro fatores: (a) a fonte dos dados; (b) o modo de apreensão desses dados; (c) a posição do observador científico ante a realidade estudada; (d) a relação entre os dados e a linguagem em que se expressam.

³ Esse discurso deve estar estruturado de tal modo que, para qualquer objeto considerado, pertencente ao campo da ciência respectiva, a simples dedução desde os princípios gerais do campo coincida com as propriedades observadas no objeto ou generalizadas por indução a partir da observação dele. Quando essa coincidência não acontece, sem que tenha havido erro nem na dedução nem na indução, então estamos diante de um problema científico a ser resolvido por investigações posteriores. O conteúdo de toda ciência, nesse sentido, constitui-se de um conjunto de teses aceitas pelo consenso científico e de um conjunto de problemas a resolver. Esses dois conteúdos expressam-se respectivamente no discurso *lético* (de *θεσις*, *thesis*, “ação de por em ordem”, “estabelecimento”, “colocação”) e no discurso *problemático* (*προβλημα*, *problema*, “saliência” ou “obstáculo”). Aprender uma ciência é portanto dominar o seu *método* (de *μεθοδος* “caminho”), absorver as suas *teses* e adquirir a habilidade de lidar com os seus problemas: é conhecer o caminho pelo qual se pode caminhar pelo terreno plano e transpor os obstáculos.

Nas ciências da natureza:

- Os dados para o estudo da natureza são colhidos dela própria por observação sensível direta, com ou sem a ajuda de aparelhos.
- Esses dados podem ser colhidos um a um, atomisticamente, sem necessidade de um esquema geral explicativo prévio.
- Eles são, em princípio, “externos” ao sujeito cognoscente individual, que não os pode encontrar por pura reflexão ou por introspecção imaginativa.
- A linguagem humana em que se descrevem é, pois indiferente à natureza e propriedades dos objetos respectivos.

No estudo do homem e da sociedade:

- A observação pelos sentidos nem sempre é possível e, quando possível, não é nunca suficiente, pois todo ato ou situação humana tem sempre um *significado*, que remete a um horizonte de experiência muito além dele próprio e que só pode ser reconstituído na subjetividade do observador.
- Nenhum dado é atomístico, pois apreendê-lo é inseri-lo imediatamente num sistema de significações, seja vislumbrado nele próprio, seja projetado pelo observador⁴.
- Nenhum dado é completamente externo ao sujeito cognoscente, que para apreendê-lo tem de revivenciá-lo.
- A linguagem em que se descrevem é, em grande parte, determinada pelos dados mesmos, os quais por sua vez só são em grande parte estruturados pela linguagem do observador.

FATORES DE DIFERENCIAÇÃO SEGUNDO OS DADOS	CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS HUMANAS
Fonte	Sensível	Sensível e simbólica
Apreensão	Atomística	Sistêmica
Posição	Externa	Externa e interna
Linguagem	Convencional	Adequada aos dados e à situação

Essas quatro diferenças podem ser resumidas na relação entre os dados e o pensamento humano ou, mais genericamente, a psique. Nas ciências da natureza, a separação entre os dados e a psique é máxima, nas ciências humanas é mínima. Quando o cientista natural estuda a estrutura cristalográfica de um mineral, descreve a anatomia de um lagarto ou opera uma reação química

⁴ Por exemplo, se o naturalista encontra um pássaro de espécie desconhecida, isso quer dizer exatamente que ele não sabe qual o lugar desse pássaro na ordem da natureza. Isso é exatamente o que ele vai tratar de descobrir tão logo esteja de posse do dado, isto é, de um exemplar ou pelo menos de um conjunto de descrições apropriadas do pássaro. Já o investigador de ciências humanas não pode tomar posse de nenhum dado se não for capaz de inseri-lo imediatamente num sistema de significações previamente dado. Uma palavra ou uma frase, por exemplo, não se torna um dado utilizável pelo cientista social enquanto ele não compreende a sua significação. Grafismos numa língua desconhecida são material para o lingüista e o filólogo, não para o historiador ou o antropólogo. Isso quer dizer que a lingüística e a filologia (como também a arqueologia) não são propriamente ciências sociais, mas ciências instrumentais prévias, como as matemáticas o são no campo das ciências naturais (e também parcialmente no das sociais).

em laboratório, ele está lidando com elementos que são radicalmente heterogêneos em relação às operações mentais que produz para conhecê-los. Do mesmo modo nas matemáticas. A coerência interna da demonstração, que atesta a veracidade de um teorema, não tem nada a ver com os processos cerebrais postos em ação para demonstrá-lo. A fisiologia cerebral não pode ser deduzida das afirmações geométricas, nem estas daquela. Quando dizemos que uma ordem de verdades não pode ser deduzida de outra, estamos dizendo que não há conexão lógica concebível entre uma e a outra, que não podem ser inseridas no corpo de um mesmo discurso dedutivo, que pertencem a regiões ontológicas diferentes e que, portanto, não podem ser objeto de uma mesma ciência. Mesmo que inventássemos uma ciência da neuropsicologia geométrica, que estudasse especificamente os atos psíquicos e processos cerebrais postos em ação no ato de aprender geometria, esta ciência não poderia fundamentar nem a geometria nem a fisiologia cerebral, mas dependeria delas e, ao mesmo tempo, nenhuma delas poderia, por si, fornecer os fundamentos dessa nova ciência. Nem o poderia a mera soma das duas. Temos aí três em vez de dois domínios ontológicos diferentes.

Já no caso das ciências humanas, os dados são do mesmo tipo produzido pelos atos psíquicos do observador ou remetem a eles de algum modo. São ações, são palavras, são complexos de símbolos e associações de idéias. Mesmo quando tomam a forma de objetos corporais, como no caso de estátuas ou edifícios, não é na sua corporalidade enquanto tal que são apreendidos, mas na sua intencionalidade e significação. E não é preciso dizer que conjuntos de dados aparentemente externos e puramente objetivos, como por exemplo estatísticas de produção e exportação, cronologias, mapas demográficos, etc., que fazem as delícias dos positivistas, não são dados objetivos e externos em si mesmos, mas o resultado de uma objetivação artificial construída a partir das intenções e pensamentos humanos que originaram os atos e situações aí representados. Por exemplo, a distribuição da população num território pode parecer um puro dado externo e objetivo para o demógrafo positivista, mas é na realidade a resultante de milhões de decisões humanas nascidas na subjetividade: casar, ter filhos, escolher um local de moradia, etc.⁵

Desse contraste emerge uma diferença essencial entre o modo de alcançar um rigor científico nas ciências naturais e nas humanas. Naquelas, trata-se de converter os dados objetivos em conteúdos de consciência de tal modo que não sejam muito alterados no processo. A medição exata e o controle por muitos observadores são meios de fazer isso. Nas ciências humanas, ao contrário, esses meios são, com freqüência, apenas modos de criar falsas objetivações⁶. O essencial é que o observador amplie o seu horizonte de consciência de modo a poder apreender as significações num quadro inteligível mais amplo do que aquele que tinham em vista os agentes que criaram essas significações. O construtor medieval tinha uma idéia exata da forma simbólica que pretendia impor às pedras, do sentido litúrgico aí subentendido e da compreensão que o público teria das formas assim geradas. O historiador deve também estar consciente de tudo isso, mas deve ademais poder comparar esse conjunto com os seus análogos na arquitetura grega ou islâmica – uma preocupação que vai mensuravelmente além do horizonte de interesses do

⁵ Portanto as objetivações só podem ser feitas de maneira proveitosa quando fundadas numa prévia apreensão correta das significações e não sua transmutação crítica e dialética em conceitos científicos apropriados. Por ironia, a objetivação quantitativa, que depende visceralmente dessa providência preliminar para poder ter algum valor científico, tende em vez disso a tomar o lugar dela, posando como emblema convencional de “rigor científico”, transformando a ciência em puro fetichismo. A quantificação de significações não trabalhadas criticamente resulta numa miserável matemática dos espectros, numa tabulação das fantasias. Isto tornou-se regra geral na prática brasileira das “ciências sociais”.

⁶ Só um perfeito cretino acredita que existam “dados estatísticos”. Uma estatística não é jamais um conjunto de dados, mas uma complexa estrutura matemática montada a partir de conceitos que ou serão puras convenções e portanto não dirão nada sobre a realidade, ou serão o resultado de uma depuração crítica e dialética dos dados, sabendo-se que estes últimos, nas ciências humanas, consistem em significações apreendidas em intenções, decisões e ações humanas. Todo cálculo estatístico, supondo-se que seja correto, tem de ser interpretado com base nos conceitos subjacentes, e sua validade dependerá da validade destes últimos. Infelizmente, o rigor nos cálculos vem geralmente acompanhado de uma deplorável frouxidão nos conceitos, de modo que a atividade do cientista social consiste em falar com exatidão matemática cada vez maior sobre palavras cujo significado ele ignora por completo. Os estudantes passam anos adestrando-se nessa caricatura grotesca da investigação científica.

construtor. O estrategista militar deve estar consciente da disposição das forças no campo de batalha, mas o historiador deve conhecer a relação entre essa situação e o quadro político, econômico e psico-social da guerra, além de poder compará-la com outras guerras e situações. O único meio de garantir a objetividade e o rigor do conhecimento é, portanto, a ampliação do horizonte de consciência do observador⁷. A possibilidade de fiscalização por outros observadores é, no caso, bastante reduzida, porque só observadores com horizonte de consciência igual ou mais amplo podem aí ser de ajuda efetiva, exceto se tivermos em vista a mera correção de detalhes fáticos.

Como os dados e a interpretação que lhes dá o observador pertencem a uma mesma esfera de realidades, porém, a mera ampliação não basta. O observador deve introduzir entre os dados e a interpretação uma diferença qualitativa, no sentido de que esta última dê o “fundamento” ou “explicação” daqueles, e que essa explicação, por sua vez, possa ser articulada num discurso que se aproxime, estruturalmente, do mesmo tipo de discurso lógico-formal ambicionado pelas ciências naturais. Em ambos os casos o “discurso científico”, no sentido de Aristóteles, raramente chega a se constituir como realidade definitivamente adquirida. A ciência em ação permanece sempre amplamente dialética e problemática, tendo-o porém como ideal teleológico orientador e aproximando-se dele como numa assíntota.

Essa diferença qualitativa, conforme bem viu Aristóteles, é obtida mediante a distinção sistemática entre dois tipos de discursos: o discurso dos agentes e o discurso teórico do observador. No primeiro caso, o termo “discurso” é usado de maneira elástica para abranger todas as formas expressivas usadas pelos seres humanos para agir sobre seus semelhantes, bem como para explicar a si próprios o que estão fazendo. Pouco importando se o dado em questão é uma obra-de-arte, uma decisão política ou um texto, ele sempre “diz” alguma coisa, tanto para seus destinatários como para o próprio agente e para o observador. Esse conteúdo significativo é que é a matéria-prima sobre a qual vai trabalhar o observador científico. O discurso científico e o discurso dos agentes difere por seu propósito. Este último visa a produzir efeitos da ação considerada; aquele, a tornar essa ação inteligível no horizonte maior de referência usado pelo observador.

Por isso Aristóteles insistia que, no estudo dos problemas da *polis* – no que hoje chamaríamos ciências humanas – é preciso partir sempre das “opiniões correntemente admitidas”. Estas são a documentação do que a sociedade, num determinado instante, sabe sobre si mesma. Esse saber não é coerente nem sistemático porque foi construído ao sabor das intenções e ações dos vários agentes. Comparando e articulando essas opiniões, o observador científico obtém um quadro objetivo do que estava efetivamente em jogo para o conjunto dos agentes, e pode cotejar os resultados assim obtidos com diagnósticos similares que fez para outros tantos agentes e situações em outros lugares e tempos. A amplitude do quadro comparativo é essencial, porque toda ação só adquire seu pleno significado quando inserida não só no cenário integral da situação que a gerou, mas no quadro total das possibilidades humanas. Este quadro constitui, a rigor, uma antropologia filosófica. O estudo comparativo das várias situações ajuda a formá-la, e ela retroage sobre as comparações, iluminando-as. É só no quadro da antropologia filosófica que homens de culturas e épocas diversas podem efetivamente se compreender uns aos outros. A transição entre as situações particulares e a estrutura geral inteligível é feita pelo observador científico⁸.

É claro que os discursos dos agentes podem conter, como um de seus elementos, algo da ciência humana disponível na situação. Do mesmo modo, o discurso teórico do cientista pode ser secundariamente, ou até eminentemente, uma função de discurso de agente na sua própria

⁷ V., adiante, § 2, “Observação e testemunho”.

⁸ Não é preciso explicar que essa transição consiste exatamente na passagem dos discursos poético e retórico para o discurso lógico-analítico, por intermédio do discurso dialético. Também não deveria ser preciso esclarecer que o discurso do agente, qualquer que seja sua constituição interna, é sempre enfocado pelo observador na chave poético-retórica.

situação. Também pode acontecer que aquilo que num determinado momento é puro discurso teórico seja incorporado em seguida num discurso de agente, seja como auto-explicação, seja como autolegitimação. Mas nada disso deve encobrir ou atenuar a distinção de planos no ato da investigação científica, e essa distinção é bem fácil de fazer: os discursos dos agentes têm cada qual sua finalidade concreta na situação considerada, ao passo que os discursos científicos têm sempre como finalidade única a de aumentar a inteligibilidade do conjunto. É inútil tentar esfumar essa distinção alegando que os homens agem sempre movidos por paixões e interesses e não pelo desejo da verdade. É um simples dado de realidade o fato de que, para alguns homens, a paixão da inteligibilidade e o desejo de conhecimento são os interesses predominantes. Isto pode ser incompreensível para homens que são dominados por outros interesses, mas o cientista não tem por que levar as opiniões deles em conta, exceto como discursos de agentes.

§ 2. *Observação e testemunho. – O princípio do testemunho qualificado.*

Não a simples posse física dos dados, como nas ciências da natureza, e sim a apreensão intuitiva do seu significado imediato: eis a matéria-prima do investigador em ciências humanas. Ora, essa apreensão não é uniforme nos seres humanos, como é uniforme, dentro de certos limites, a apreensão meramente sensível dos dados corporais. Ele depende do horizonte de consciência do observador. Duas pessoas vendo um pato, mesmo supondo-se que nada soubessem a respeito antes, veriam aproximadamente o mesmo animal, com as mesmas cores, proporções e movimentos. Pequenas diferenças de proporção ou forma poderiam ser facilmente acertadas pela comparação. Do mesmo modo, duas pessoas efetuando medições num território, ou observando sinais elétricos na tela de um osciloscópio, veriam mais ou menos as mesmas coisas e, em caso de divergência, poderiam repetir as operações comparativamente. As habilidades requeridas para isso são bastante simples e podem ser aprimoradas pelo treinamento. Daí o valor que as ciências da natureza dão à possibilidade de reduzir todas as suas complexas construções teóricas a uma base empírica constituída dessas observações simples. Estas constituem o teste da veracidade do conjunto, e esse teste será tanto mais válido quanto mais possa ser repetido em condições acessíveis aos sentidos e, portanto, a “todo mundo”.

Mas duas pessoas ouvindo uma mesma frase podem diferir enormemente na apreensão do seu significado concreto na situação dada. Uma pode apreender somente os sons articulados, outra o significado convencional das palavras e a estrutura gramatical da frase, e outra, ainda – para saltarmos o grande número de gradações intermediárias –, toda uma constelação enormemente rica e complexa de intenções subentendidas, implicações morais, conseqüências vislumbradas ou insinuadas, etc. A diferença pode ser tão grande que o conteúdo apreendido por esta última pessoa seja praticamente impossível de transmitir às duas outras.

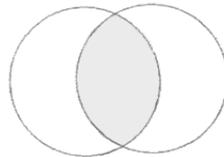
Essa diferença torna-se ainda mais gritante na contemplação de obras de arte. Por exemplo, a música: onde um mal discerne uma pasta de sonoridades confusas, outro apreende melodia, harmonia, estrutura, ordem e toda uma rede de conexões sutis que despertam no seu interior uma complexidade igualmente rica de emoções e evocações.

A possibilidade de atenuar essa diferença pelo treinamento é bem limitada: pode-se ensinar a um aluno a ouvir com mais atenção, a distinguir os sons dos vários instrumentos, a apreender a unidade de longos desenvolvimentos temáticos que antes lhe escapavam, mas não se pode dar a ele a riqueza de emoções e evocações. Esta depende da vivência pessoal que ele traz consigo. Muitas vezes um curso de “apreciação musical” consegue apenas ensinar o aluno psicologicamente medíocre a imitar os sinais convencionais de experiências exteriores que ele não terá nunca.

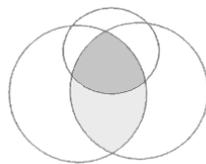
Na percepção das situações reais da vida, então, a diferença é tão grande que se torna intransponível. Há indivíduos que não chegarão a apreender no curso de toda uma vida os significados e intenções que um outro apreendeu num relance, por exemplo num olhar, num gesto, numa palavra, numa entonação.

Ora, se os dados nas ciências humanas consistem justamente desses significados e intenções se estes são a matéria-prima para toda elaboração crítica e a fixação dos conceitos elementares, então a diferença do nível qualitativo e quantitativo da sua apreensão por indivíduos diversos e aí um componente irreduzível do próprio método científico.

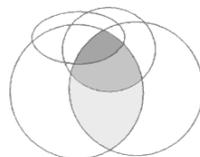
Duas exigências usuais do método científico das ciências naturais são aí flagrantemente contrariadas: a repetibilidade da experiência e, sobretudo, a acessibilidade pública dos dados. Desde o primeiro passo, a apreensão dos dados, a ciência do homem parece reduzir-se a um conhecimento “subjetivo” ou “esotérico”. Mas não nos deixemos impressionar pelas conotações pejorativas. Acima daquelas duas exigências está a análise crítica das condições do conhecimento. E, como não há conhecimento científico que em última instância não dependa de testemunhos, o problema inicial do método em ciências humanas é portanto o do valor dos testemunhos raros ou únicos. Quando se trata de conjuntos complexos de dados, esse valor é inquestionável. Para explicar esse ponto, podemos usar da representação gráfica elementar da teoria dos conjuntos. Como não pode haver superposição perfeita entre as percepções de dois indivíduos, o valor do testemunho múltiplo ou repetido depende da intersecção de dois ou mais conjuntos de dados acessíveis às testemunhas. Se tivermos duas testemunhas A e B, detentoras dos respectivos conjuntos de informações A e B, seus testemunhos só se confirmarão um ao outro nos pontos onde haja perfeita intersecção:



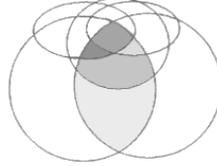
Se acrescentarmos uma testemunha C, o número de pontos perfeitamente convergentes nos testemunhos será menor, correspondendo, na figura, à área de intersecção mais escura:



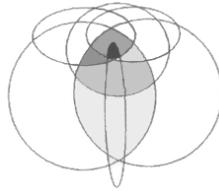
Um quarto testemunho reduziria ainda mais a intersecção (zona escura):



E mais ainda o quinto:



No fim, com o sexto testemunho, sobraria uma área de intersecção bem pequena (área preta):



Em suma: quanto maior o número de testemunhos, tanto mais reduzida a área de perfeita concordância. Isto quer dizer que o valor do testemunho coletivo depende inteiramente da redução dos dados a um esquema cada vez mais abstrato, mais separado da experiência inicial concreta. A consequência metodológica é evidente: quanto mais valiosa a informação, menor a probabilidade do testemunho numeroso. Se estivermos estudando, por exemplo, a vida de um personagem célebre, somente os dados mais externos da sua biografia poderão ser confirmados pelo testemunho do público. Para informações mais e dentro, teremos de recorrer a amigos ou familiares do biografado. E sobre seus pensamentos íntimos não teremos outra testemunha senão ele próprio.

Como regra geral, só raramente contrariada por exceções, podemos portanto admitir que a importância dos testemunhos é inversamente proporcional ao seu número. Isso vale na investigação policial, biográfica, histórica, psicológica, antropológica ou sociológica. Chamarei a isso o *princípio da testemunha qualificada*, e, em virtude da natureza muito especial da apreensão dos dados nas ciências humanas, não acredito exagerar em nada ao considerá-lo uma das regras fundamentais do método nessa área do conhecimento.

§ 3. *Agente, testemunha e observador*

Mas a quem, em particular, me refiro sob a classificação de “testemunha”? Agente, testemunha e observador [científico] são nomes de três papéis bem diferentes que alguém pode desempenhar num processo humano qualquer, mas nem sempre esses papéis estão distribuídos entre pessoas diferentes e, no caso de serem exercidos pela mesma pessoa, nem sempre são separados no tempo, podendo corresponder a diferentes funções desempenhadas simultaneamente por um mesmo indivíduo.

O agente é testemunha de seus próprios atos, e um pouquinho de conhecimento racional a que ele apele para explicá-los a si mesmo já basta para fazer dele, sob esse aspecto e nesse momento, um observador científico. Sua observação científica pode ter maior ou menor

autonomia em relação ao seu papel de agente. Ele pode fazer um esforço real para compreender objetivamente sua situação e as ações que nela desempenha. Sem chegar a tanto, pode usar de um critério de veracidade científica para dar respaldo ao seu autotestemunho. Ou pode usar elementos de conhecimento científico, deslocando-os do seu contexto originário, para dar às suas ações um respaldo de legitimidade, sincero ou não. O primeiro caso é, por exemplo, o de Henry James, o romancista que se empenha em obter por meio da análise crítica uma compreensão objetiva da sua própria obra. No segundo, temos o memorialista que reforça o depoimento da memória por meio da consulta a documentos e ao testemunho de terceiros. No terceiro caso, uma característica *apologia pro domo sua*, o conhecimento se integra na ação, como um de seus componentes essenciais ou acessórios. Exemplos desses dois casos encontram-se respectivamente na *História da II Guerra Mundial* de Winston Churchill e na *História da Revolução Russa* de Leon Trótski. Em ambos esses livros um agente essencial se coloca narrativamente no mesmo centro existencial que ocupou os acontecimentos narrados, escrevendo como que uma autobiografia ampliada em epopéia histórica e recorrendo a inúmeras fontes escritas e orais para reforço da memória. O elemento de autoglorificação é evidente nos dois exemplos, o talento historiográfico também. A diferença é que Churchill, já velho e em fim de carreira, não visava com isso senão erguer um monumento às suas glórias passadas, consolidando ao mesmo tempo sua fama de historiador, ao passo que Trótski ainda tinha planos políticos bem determinados, a cujo serviço coloca eloqüentemente a sua visão histórica dos acontecimentos revolucionários. Nos três casos um mesmo indivíduo é agente, testemunha e observador, mas em cada um é uma diferente função central que subordina as outras. Em Henry James, o artista que terminada a obra reflete criticamente sobre o que fez, o agente tornou-se objeto de análise e a testemunha de seus próprios atos fornece subsídios ao observador crítico. Esta última função, pois, predomina. No livro de Churchill o agente também se transformou em objeto, mas é a testemunha, o narrador memorialista, que impera ao mesmo tempo sobre ele e sobre o Churchill detentor de conhecimentos científicos convocados a dar respaldo ao testemunho. Finalmente, em Trótski o papel do agente domina tudo.

Também pode acontecer que a testemunha não tenha sido agente, que ela entre no caso na condição exclusiva de testemunha. Ainda assim as três funções podem estar em cena, porque testemunhar é agir e porque algum conhecimento científico, por tênue e remoto que seja, sempre pode ser convocado como elemento auxiliar para dar forma ou clareza ao seu depoimento, assim como para falsificá-lo.

Por fim, o observador científico, mesmo quando afastado no tempo e no espaço do seu objeto de estudo, é sempre e necessariamente testemunha. Testemunha, em primeiro lugar, dos dados que colheu, os quais só entram no estudo por meio da sua consciência pessoal. Testemunha, ademais, do rumo que imprimiu à investigação, das sucessivas decisões metodológicas que tomou no curso da sua realização, etc. E é também, com certeza, um agente, empenhado em mudar ou consolidar o estado atual da sua ciência ou mesmo em interferir, por meio da ciência, num estado de coisas mais vasto – a educação, a política, a cultura, a moralidade pública, etc.

§ 4. *A apreensão inicial*

Todos esses pontos de vista, bem como sua articulação num sistema de perspectivas cruzadas, são importantes em qualquer investigação em ciências humanas, mas, por isto mesmo, o aspecto decisivo para o presente estudo é o papel do observador científico enquanto testemunha dos dados que colhe. Esses dados tomam geralmente, eles próprios, a forma de testemunhos, sejam orais, escritos ou registrados sob qualquer outra forma, seja diretos ou indiretos. Perante eles, cabe ao observador dar testemunho dos testemunhos. Para isso – e antes

mesmo de qualquer trabalho sistemático de interpretação, análise, verificação, construção de hipóteses, etc. –, ele deve ser bom nas seguintes atividades: ver, ouvir, ler, sentir, perceber, reter, organizar e unificar os dados. Esse conjunto forma a *apreensão inicial* dos dados disponíveis. Todo o trabalho subsequente, inclusive o imediatamente subsequente que consiste em novas coletas de dados, depende de uma boa apreensão inicial. Infelizmente, esse passo é em geral negligenciado nos tratados de metodologia prática, deixado de lado como se fosse um momento pré-científico, subjetivo e puramente irracional da atividade científica. Isso acontece graças à tendência geral e renitente – ainda não curada, depois de um século e meio de controvérsias – de macaquear os critérios da ciência natural. Nesta o ideal metodológico é o protocolo fixo, o algoritmo-padrão destinado a facilitar a convergência das observações, a formalização lógico-matemática dos dados e a repetição das experiências validantes. Para isso é preciso eliminar ou reduzir ao mínimo a parte consagrada aos atos cognitivos concretos, ao desempenho cognitivo do investigador, desempenho que, idealmente, deve ser idêntico em todos os profissionais envolvidos e que, por isso, se torna um infinitesimal desprezível ou é remetido a uma esfera separada, a psicologia do conhecimento científico. Nas ciências humanas, porém, vimos que o investigador tem necessariamente um papel de *testemunha privilegiada*, o que significa que, no seu trabalho, a cientificidade dos resultados depende, em grande parte, justamente do controle crítico dos atos cognitivos concretos na apreensão inicial dos dados. Por esse motivo, o estudo da apreensão inicial não pode ser afastado como um tema meramente psicológico alheio ao campo da metodologia. A apreensão inicial está ligada bem de perto à escolha do tema. Max Weber fez muito mal em exilar essa escolha nos domínios do irracional, como decisão baseada em “valores” não justificáveis cientificamente. A seleção de um tema, quando não imposta por circunstâncias burocrático-acadêmicas estranhas à substância do conhecimento científico, reflete não apenas uma atribuição subjetiva de importância a um grupo qualquer de fenômenos, porém uma *percepção de significado*. É um ato cognitivo de pleno direito, e não uma pura opção valorativa pessoal. Essa percepção é o ato inaugural da apreensão inicial e tem para esta uma importância decisiva, como a apreensão inicial tem para o curso restante da investigação. O controle crítico mais atento deve ser exercido, portanto, desde esse momento, e não deixado apenas para as fases seguintes do trabalho. E esse controle crítico incide justamente sobre os atos cognitivos concretos por meio dos quais o investigador percebeu o grupo de fenômenos e o delimitou como tema de sua investigação. Uma pequena desatenção nessa etapa fará com que esquadrões inteiros de significados não conscientizados se introduzam na formulação da questão científica, viciando desde a base os possíveis resultados. Por isso aquilo que na metodologia das ciências naturais podia ser ignorado como mera psicologia se torna, nas ciências humanas, o fundamento mesmo da metodologia. No que direi a seguir, portanto, o leitor deve permanecer consciente de que meu ponto de vista ao tratar dos atos cognitivos inerentes à apreensão inicial e à escolha e formulação de um tema de investigação não é de maneira alguma psicológico, e sim metodológico.

§ 5. O significado do significado

Todo dado em ciências humanas é, imediatamente e essencialmente, um signo, um portador de significações.

Um esclarecimento do conceito de “significado” é portanto indispensável à delimitação do terreno e dos métodos nessa área do conhecimento.

Ainda é muito disseminada – e subjacente a muito do que se diz a respeito – a teoria de John Locke segundo a qual o significado de uma palavra é o que o emissor “tem em mente” ao pronunciá-la. Uma variante, estabelecida por Wittgenstein, diz que o significado é o “uso” que se faz da palavra. Em ambos os casos, o termo “palavra” pode ser substituído por “signo” em geral, dado que não somente as palavras têm significados, mas também, por exemplo, os sinais gráficos.

Quer aplicada às palavras, quer aos signos em geral, essa teoria é uma meia verdade. Embora de fato sempre o sujeito humano “tenha algo em mente” no ato de usar um signo, e embora esse ter mente constitua obviamente um “uso” determinado que ele faz desse signo, o fato mesmo de podermos perguntar “qual” o significado com que ele o empregou já mostra que (1) o mesmo signo pode ter outros significados, ausentes no ato; (2) o significado que o sujeito “teve em mente” pode ser repetido ou revivenciado, tal e qual, por outros sujeitos em outras circunstâncias; (3) portanto o significado vai além de um mero “usar” ou “ter em mente”; se não fosse, isto é, se estivesse intrinsecamente vinculado a um determinado ato de emissão por um sujeito concreto, não poderia ser concebido fora desse ato. O traço mais característico do significado é, bem ao contrário, a sua independência de qualquer “ato” ou “uso”, a sua capacidade de ser transportado para outros atos e usos, de ser repetido por outros emissores – ou pelo mesmo em outras circunstâncias – sem nada perder de sua identidade. Se não fosse assim, todos os significados seriam eternamente incertos e a *práxis* da comunicação humana seria impossível. Longe, portanto, de depender dessa *práxis*, o significado é a condição que a possibilita⁹.

Esse ponto foi abundantemente esclarecido primeiro por Bernhard Bolzano e depois por Gottlob Frege e Edmund Husserl¹⁰. Se tivesse sido compreendido pela generalidade do universo acadêmico, há muito tempo ninguém mais tentaria dar conta do problema do significado por meio do “triângulo de Peirce” e artifícios similares, que não permitem sequer uma distinção entre o significado e o mero índice¹¹. Por “índice” entendo aqui, por exemplo, o desenho num cartaz que assinala a presença de um cão no jardim da casa, ou o latido com que o próprio cão anuncia essa presença. Nesses casos, um elemento material, o signo, remete apenas a outro elemento material presente. Não existe aí nenhum significado transportável para fora da situação concreta. Assim é toda comunicação animal e aquela faixa da comunicação humana que lhe corresponde funcionalmente. Mas é óbvio que essa faixa não ocupa senão uma fração ínfima do imenso território da comunicação humana. O mundo do significado começa onde o signo já não remete a um estado de fato, mas a uma essência, a uma entidade ideal, a um *eidós*. Como há significados que não têm correspondente efetivo no mundo real, porque expressam essências de entidades inexistentes ou impossíveis, segue-se que o *eidós* é independente não apenas do ato emissor e do sujeito emissor, mas também do objeto que, no mundo real, corresponde à efetivação do seu conteúdo.

Esse é o núcleo da intuição platônica quanto ao “mundo das idéias” (ou, como prefere Victor Goldschmidt, “mundo das formas”). Se distinguirmos essa intuição dos símbolos míticos com que Platão a expressa, já não haverá nem mesmo diferença substantiva, no caso, entre a perspectiva platônica e a aristotélica do problema do significado. Não se trata de cavar um abismo ontológico entre o mundo sensível e o inteligível, mas de compreender que o primeiro só se torna inteligível quando visto *através* do segundo em vez de diretamente em si mesmo. Na linguagem mítica, não de Platão, mas da tradição homérica, o mundo das essências inteligíveis corresponde funcionalmente ao espelho da sabedoria, presente de Zeus, através do qual Teseu pode olhar o rosto da Medusa sem ser fascinado pelos mil olhos do monstro. Entregue diretamente ao caos das estimulações sensíveis, a inteligência humana seria impotente para elevar-se acima de uma mera linguagem de índices.

O ponto de vista platônico enfatiza a independência do mundo das idéias em relação aos objetos sensíveis, o aristotélico a necessidade que a inteligência humana tem de subir destes para

⁹ Espero que não ter de perder muito tempo, em aula ou fora dela, com a objeção pueril de que, criado pela *práxis*, o significado é em seguida “fixado” pelo uso e pela convenção. A possibilidade do uso repetido e da convenção pressupõe o reconhecimento do “mesmo” significado quando repetido e não pode ela mesma ter nascido dessa repetição, muito menos de uma hipotética “convenção” subsequente.

¹⁰ V. Jocelyn Benoist, *Entre Acte et Sens*.

¹¹ O “triângulo de Peirce” (signo-referente-referência) deve ser substituído então por um quadrilátero: signo-essência-referente-referência, onde a referência designa a relação entre o objeto (referente) e significado (essência).

aquela através da depuração abstrativa, mas é claro que essas duas perspectivas se completam em vez de contradizer-se. Sobretudo porque, numa certa etapa da escalada abstrativa, tem de haver um salto intuitivo que assinala a heterogeneidade dos dois níveis de conhecimento: ninguém poderia operar a separação aristotélica entre o esquema fático e o esquema eidético se já não conhecesse de algum modo este último, e decerto não poderia conhecê-lo pelos mesmos meios que lhe dão acesso àquele. A independência do significado é uma condição *sine qua non* do conhecimento intelectual dos objetos sensíveis. Sem isso, teríamos apenas o conhecimento sensível do sensível, e uma linguagem de índices para exprimi-lo.

Para alguns autores, a diferença crucial entre linguagem animal e linguagem humana reside na passagem dos signos naturais para os signos arbitrários ou convencionais¹². Mas é fácil perceber que a possibilidade de usar signos arbitrários não é *causa sui*: se os significados enquanto tais não fossem transportáveis e repetíveis, não seria possível manejá-los por meio de signos convencionais, pois estariam vinculados ao ato concreto de emissão, como acontece na comunicação animal, e só poderiam ser repetidos por meio da cópia fiel do mesmo ato, com seus concomitantes fisiológicos inclusivamente. Por outro lado, nada impede que alguns significados repetíveis sejam designados por signos naturais, como acontece em termos onomatopáicos e em outros casos especiais que estudarei mais adiante¹³. A arbitrariedade do signo, um fetiche da lingüística saussuriana, é apenas o aspecto mais superficial e visível de um processo mais decisivo e mais profundo, que é o acesso da inteligência humana aos significados ou essências.

O “triângulo de Peirce” (signo-referente-referência) deve ser substituído então por um quadrilátero: signo-essência-referente-referência, onde a “referência” designa a relação entre o objeto (referente) e o significado (essência). Essa relação define-se pelo grau de manifestação do significado num objeto do mundo real. As essências “casa” e “o autor deste estudo”, por exemplo, ambas têm manifestações reais concretas, a primeira numa vasta quantidade de produtos da técnica de construções e mesmo em algumas formações naturais que sirvam de moradia, a segunda apenas num indivíduo humano determinado. Já a essência “tartaruga alada” só se manifesta numa criação da fantasia humana, e a essência “círculo quadrado” não se realiza de maneira alguma. A essência “infinito” realiza-se necessariamente, mas não em alguma condição determinável. E assim por diante. A referência, enfim, é o quadro completo das condições ontológicas correspondentes às essências – o que significa que nenhuma essência de nenhum objeto poderia ser jamais apreendida se o sujeito cognoscente não tivesse antes algum vislumbre da estrutura geral do ser. Eis por que não se pode admitir que a linguagem humana, materialmente considerada, seja o fundamento da possibilidade do conhecimento que a nossa espécie animal tem da realidade: sem uma prévia “transparência” da estrutura do real, oferecida de algum modo ao ser humano, ainda que parcial e deficientemente, a linguagem humana não seria possível.

§ 6. *As tarefas básicas da ciência social e o autoconhecimento*

Tudo o que o cientista social¹⁴ apreende nos dados é, pois, uma constelação de essências aparentemente manifestadas num conjunto de fenômenos sensíveis, articulados, também aparentemente, por um conjunto de nexos fáticos correspondentes às articulações lógicas que ele percebe entre aquelas essências. O primeiro desses aspectos corresponde à apreensão inicial, o segundo à organização dos dados, à formulação das hipóteses, etc. O núcleo vivo do trabalho residirá em dar consistência científico-racional (a) à realidade das manifestações; (b) à realidade da

¹² V. André Marc; s.j., *Psicologia Reflexiva*, trad. Antonio Puigcerver, Madrid, Gredos, 1965, t.I, pp. 24 ss.

¹³ V. minha apostila “Da tripla intuição”.

¹⁴ Uso aqui a expressão “cientista social” no sentido mais elástico, designando tanto o sociólogo ou o economista quanto o historiador e o jurista.

correspondência entre as duas séries de nexos. É simples, embora materialmente trabalhoso, demonstrar que nunca um cientista social empreendeu qualquer investigação que não consistisse única e exclusivamente na consecução dessas duas tarefas. Essa mesma demonstração, como estudo histórico, não constituiria exceção.

Pela formulação mesma das duas tarefas básicas, é fácil perceber o quanto o sucesso da segunda depende da primeira. A apreensão inicial é um trabalho complexo e criativo, que põe em ação uma multiplicidade de talentos e habilidades: observação sensível, percepção da forma estética, interpretação de textos, etc.

A passagem à segunda etapa coloca porém em ação um novo conjunto de exigências, que comprometem ainda mais profundamente o cientista enquanto sujeito real, existencial, do processo cognitivo. É que, ao tentar provar que tais ou quais essências e respectivas articulações lógicas hipotéticas se manifestaram realmente em tais ou quais fenômenos sensíveis, ele terá de investigar imaginativamente os atos reais, de ordem espiritual e psíquica (cognitivos, volitivos, imaginativos, valorativos) com que os agentes produziram esses fenômenos. Mesmo nos estudos mais neutros e impessoais, no sentido positivista dos termos, essa investigação imaginativa está presente, ainda que camuflada sob densas camadas de objetivações engenhosas construídas com maior ou menor inconsciência dos atos cognitivos mediante os quais o cientista as produziu. Muito do que em ciências sociais se apresenta como objetividade neutra é pura falta de autoconsciência de cientistas cuja identificação com o seu papel social de cientistas a serviço de tal ou qual instituição encobriu com algum sucesso a sua percepção de si mesmos enquanto sujeitos cognoscentes reais. Se fossem capazes de rastrear o processo efetivo de formação dos conceitos e dos nexos no recesso da sua psique, isto é, se soubessem realmente de onde obtiveram os termos que empregam e os juízos com que os enlaçam, perceberiam que, longe de superar a exigência do trabalho introspectivo, apenas o esqueceram ou o ocultaram após tê-lo realizado de maneira aleatória, semiconsciente ou inconsciente, e sem o devido controle metodológico.

Quando Karl Marx, no começo de *O Capital*, define o valor da mercadoria como “a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la”, ele está totalmente inconsciente de que optou, sem a menor razão plausível, por fazer abstração do consumidor, e de que fez isso porque estava previamente obsediado pela figura mítica do “trabalhador” como agente de transformação material do mundo e, portanto, como centro do processo econômico, como se o trabalhador só existisse enquanto tal e não fosse também um consumidor. O “trabalhador” de Karl Marx é um *Idealtypus* weberiano construído sem a mínima consciência dos atos cognitivos realizados para construí-lo, e tratado em seguida como realidade materialmente encarnada em seres humanos historicamente existentes. É uma essência abstrata enfocada como materialmente existente por si mesma. O conjunto de nexos lógicos gerais hipotéticos em que essa essência aparece enredada logo na apreensão inicial transmuta-se em seguida num sistema de nexos histórico-sociais reais cuja efetividade se tentará provar por argumentos estatísticos, como se uma articulação lógica de essências pudesse materializar-se de per si, sem ser por meio da manifestação concreta dessas essências em agentes de carne e osso. Mesmo supondo-se que esses argumentos estatísticos fossem impecavelmente construídos – e não o foram, porque se sabe que Karl Marx propositadamente falseou a seqüência histórica dos dados –, ainda assim o resultado final não passaria jamais de uma curiosa coincidência entre uma série lógica e uma série fática, sem nenhuma conexão efetiva, já que esta depende justamente de que as essências abstratas da primeira se encarnem nos agentes efetivos da segunda. É por isso que a leitura de *O Capital* nos dá aquela poderosa impressão de arrebatamento imaginativo para um outro mundo, um mundo absurdo mas impregnado de uma semelhança tremendamente persuasiva com o mundo da experiência real. O poder hipnótico da verossimilhança repousa inteiramente, aí, no detalhe da essência abstrata dotada, não de uma vida real produzida pela sua manifestação em agentes reais, mas de uma vida aparente montada pela lógica do enredo global que coincide com uma seqüência de dados estatísticos. Raramente o ilusionismo tomou o lugar da ciência com tamanho sucesso.

Esse caso ilustra a necessidade absoluta do controle dos atos cognitivos por parte do cientista. Na condição de observador e testemunha, este último deve saber o que faz, deve *conhecer-se a si mesmo* para poder exercer esse controle, o que mostra haver nas ciências humanas um elemento de sabedoria, de *prudentia*, de *frónesis* aristotélica, que as torna ao mesmo tempo menos passíveis de controle quantitativo externo e mais necessitadas do autocontrole interior do próprio cientista.

Mas, como vimos antes, o controle quantitativo depende sempre de um recorte abstrativo que demarque, na complexidade do mundo real, uma área passível de observação comum por um número ilimitado de indivíduos. A conseqüência inevitável é que a observação será tanto mais exata quanto menor a área recortada em comparação com o círculo total da experiência humana. Seria um erro tomar aí a palavra “menor” em sentido puramente quantitativo, como se uma realidade homogênea pudesse ser recortada indefinidamente sem que as qualidades do conjunto desaparecessem dos menores fragmentos. O recorte abstrativo não apenas introduz mudanças qualitativas na área escolhida, que ao afastar-se do mundo da experiência geral se constitui como um microcosmo autônomo, mas esse recorte, no mais das vezes, é feito por razões puramente práticas da investigação científica, com total desprezo pelos nexos ontológicos do todo com as partes e das partes entre si. Então aquilo que passa convencionalmente por “especialização” das ciências não é especialização de maneira alguma, isto é, uma subdivisão racional dos gêneros em espécies, mas uma fixação hipnótica da atenção em pequenos círculos de fenômenos pretensamente independentes de tudo o mais, cujo caráter mesmo de “realidade” se torna assim bastante duvidoso, como duvidoso é o valor do conhecimento produzido por esses meios. Muito falta para que a subdivisão das tarefas científicas corresponda a uma ontologia geral repartida em ontologias regionais segundo as diferentes zonas de realidade abrangidas e as exigências epistemológicas de cada qual, segundo a aspiração de Edmund Husserl. Mais freqüentemente corresponde, isto sim, a contingências administrativas e políticas, muitas vezes determinadas tão-somente pela disputa de verbas, por intrigas interdepartamentais e por preconceitos ideológicos, ao ponto de a estrutura social e econômica da profissão científica ter-se tornado um obstáculo gigantesco ao progresso do conhecimento. Se as ciências naturais e “exatas” continuam aí desfrutando do prestígio de conhecimentos superiores, qualitativamente, aos das ciências humanas e da filosofia, é somente por um preconceito consolidado, cuja utilidade para a manutenção do *status quo* não é preciso enfatizar. A tolerância para com a inexactidão, para com as interferências ideológicas e mesmo para com a fraude pura e simples é hoje infinitamente maior em áreas naturais como a ecologia e as ciências da saúde do que, por exemplo, em História. Quando Edmund Husserl, em 1933, alertava para o risco iminente de perda da cientificidade das ciências, ele talvez anteviesse o estado calamitoso a que chegamos neste começo de século XXI, com batalhões de cientistas naturais e “exatos” a serviço da mais pura irracionalidade militante.

§ 7. *Categorias da significação*

A apreensão inicial consiste, pois, em tomar posse de um conjunto ou sistema de essências. Esse sistema pode, por si, sugerir o “sentido” dos fenômenos abrangidos, mas é apenas o sentido imediato produzido pelos agentes mesmos. É raro que esse sentido se articule num sistema coerente que traga em si mesmo suas hipóteses explicativas, restando ao investigador apenas o trabalho de desentranhá-las do implícito para o explícito. Em geral, o que aparece é uma multiplicidade de sentidos que parecem excluir-se mutuamente ou que ao menos não se harmonizam à primeira vista. Neste caso, a segunda etapa do trabalho do investigador consiste em articular dialeticamente os vários sentidos, em busca da unidade profunda que em parte revelam e em parte encobrem. As linhas método, aí, são substancialmente aquelas que Aristóteles delineou nos *Tópicos* para o tratamento dialético das “opiniões correntemente admitidas” (aqui correspondentes aos vários sentidos em disputa).

Tal como no *Organon* as quatro ciências do discurso são precedidos dos livros *Da Interpretação* e *Das categorias*, a articulação dialética dos sentidos pressupõe o correto entendimento dos signos e a hierarquização dos níveis de significado que se pode esperar do conjunto do material.

O quadro seguinte mostra as várias categorias, isto é, modalidades e planos em que um significado pode ser apreendido. As modalidades correspondem às colunas, os planos às linhas. Entre as várias modalidades não há, decerto, equivalência material, mas apenas analogias. Destas analogias, no entanto, transparecem estruturas profundas do fenômeno da significação, estruturas que estão presentes em todo e qualquer emissão de significado e cuja apreensão intuitiva, nebulosa e automatizada, faz parte do processo mesmo da comunicação imediata, mas que o investigador deve se esforçar para trazer à luz da maneira mais clara possível, perante cada conjunto de sentidos que se ofereça como tema de investigação:

FUNÇÕES DA LINGUAGEM	MODO VERBAL	TEMPO VERBAL	ESTILO	PESSOA VERBAL	DISCURSO
Expressiva	Subjuntivo	Passado	Cotidiano	Primeira	Poético
Apelativa	Imperativo	Futuro	Literário	Segunda	Retórico
Denominativa	Indicativo	Presente	Técnico	Terceira	Dialético-analítico

Embora esse quadro possa e deva ser usado como ferramenta analítica, a apreensão dos planos e linhas é em geral intuitiva, e o conteúdo dessa intuição (isto é, os significados captados na apreensão inicial, e não os signos considerados materialmente, é claro) é que deve ser tomado como objeto de análise. A análise considerará então o significado, principalmente, sob o ângulo das três funções da linguagem descritas por Karl Bühler. Isto resulta não em perguntar apenas se o significado expressa conteúdos subjetivos (individuais ou grupais), exerce uma ação sobre o destinatário ou nomeia realidades, mas sim em considerar em suas inter-relações os aspectos cognitivo, expressivo e ativo que estão presentes em toda emissão de significado. Uma influência exercida sobre o destinatário (função apelativa), por exemplo, pressupõe um certo conhecimento que se tenha deste último (função denominativa), e o conteúdo desse conhecimento, bem como a intenção subentendida na ação, envolvem uma atitude interior do sujeito (função expressiva). É evidente que apreender um significado qualquer é captar instantaneamente o conteúdo que ele manifesta nessas três claves, mas, para transformar-se em instrumento do conhecimento científico, esse conteúdo deve ser explicado de maneira crítica e analítica. A identificação da função lingüística envolvida é, evidentemente, o objetivo principal da análise. O exame sob as demais modalidades serve sobretudo para desentranhar essa função desde dentro dos vários envoltórios lingüísticos que podem complicá-la ou mesmo camuflá-la. O modo indicativo, por exemplo, embora corresponda estruturalmente à função denominativa, pode ser usado para encobrir uma ação exercida sobre o destinatário ou para dar ares de referência objetiva a uma pura auto-expressão. Similarmente, os quatro discursos nem sempre são usados na clave que lhes corresponde objetivamente. É preciso distingui-los, pois, tanto na forma quanto no conteúdo, sabendo que nem sempre há correspondência exata entre esses dois níveis.

§ 8. *O sujeito emissor*

O agente ou sujeito emissor do significado, por sua vez, pode ser considerado, em primeiro lugar, segundo a estrutura do seu horizonte de consciência tomado positivamente, isto é, como portador de conhecimentos organizados. Nesse sentido, é preciso considerá-lo (a) como sujeito individual autoconsciente dotado de um “mundo” interior próprio, isto é, de um “diálogo interior” cujas estruturas devem transparecer de algum modo nos seus atos e discursos¹⁵; (b) como representante consciente de um grupo ou classe, cuja natureza, valores e objetivos ele interpreta a seu modo; (c) como descendente e continuador autoconsciente de tradições ou correntes históricas identificáveis.

Em segundo lugar, deve-se considerar o horizonte de consciência negativamente, isto é, segundo os fatores que ele exclui dentre aqueles que podem ser, no entanto, importantes para a compreensão do personagem e da situação. Nesse sentido devem ser examinados (a) os possíveis conteúdos “inconscientes” da sua psique que transpareçam nas suas palavras e ações; (b) os valores, preconceitos e hábitos grupais impregnados tão profundamente na sua psique que se tornam forças independentes, atuando através dele sem a sua anuência consciente; (c) a força das correntes temporais suprapessoais, das quais ele se torna um elo sem perceber¹⁶.

[Continua]

¹⁵ Esse diálogo, por sua vez, pode ser considerado sincronicamente ou diacronicamente, isto é, como conjunto estruturado ou como etapa de uma biografia interior.

¹⁶ Não deixa de ser curioso observar que a menor interpretação que se faça de um ato ou discurso humano já contém, de maneira compactada e implícita, todo esse complexo sistema de perspectivas. Mas toda essa parte importantíssima da apreensão de significados é deixada por conta das meras habilidades instintivas do observador, sem incorporar-se ao método científico, que então, por mais rigoroso que se pretenda, não passará de um conjunto de precauções formais, se não convencionais, tomadas em cima de um material mal conscientizado criticamente.